



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº PR2021310/43

AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS DE IMPRESSÃO PARA OS SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO E CENTROS DE EMPREGO DA DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE
IEFP, IP.





PARTE I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende os artigos a incluir no(s) contrato(s) a celebrar entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.) e o adjudicatário em sequência do procedimento – Consulta Prévia nº PR2021310/43, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Dec. Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 111/B2017 de 31 de agosto e a Lei nº 30/2021 de 21 de maio, doravante designado por CCP.
2. O presente Caderno de Encargos tem por objeto a aquisição de Consumíveis de impressão para os Serviços de Coordenação e Centros de Emprego da Delegação Regional do Norte do IEFP, IP, de acordo com os Termos de Referência descritos na parte II deste Caderno de Encargos.
3. O objeto do procedimento é constituído por 3 (três) lotes, discriminados nos anexos ao presente Caderno de Encargos, onde se encontram discriminadas as especificações dos bens de cada lote no âmbito do presente procedimento contratual.

Artigo 2º

Prazo do Contrato

1. O contrato mantém-se em vigor até 31 de dezembro de 2021, ou até ser atingido o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Os prazos previstos no número anterior podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do fornecedor devidamente fundamentado.
3. A assinatura do contrato só poderá ser efetuada após a adjudicação dos bens objeto de contrato.
4. Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato, desde que a denúncia revista a forma escrita, e seja comunicada com a antecedência mínima de 30 dias.

Artigo 3º

Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, nas condições exigidas nos termos do contrato e de forma a assegurar à entidade adjudicante a prossecução dos objetivos pretendidos;
 - b. Obrigação de garantia dos bens;
 - c. Obrigação de informar a entidade adjudicante sobre o estado em que se encontra o andamento da entrega em curso, sempre que isso lhe seja solicitado.



Artigo 5º

Preço Contratual

1. Pelo fornecimento de bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o **preço base** da soma de todos os lotes para efeito do presente procedimento e outorga dos respetivos contratos, não pode exceder o montante definido para o presente procedimento, o montante de € **22 893,38 (vinte e dois mil oitocentos e noventa e três euros e trinta e oito cêntimos)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O valor referido em 1 não pode ser ultrapassado, o que implica a exclusão da proposta.
3. O valor referido em 1 não pode ultrapassar os seguintes montantes parciais por lote, o que implica a exclusão da proposta:

LOTES	MONTANTE MÁXIMO/LOTE
	S/IVA
Lote 1 - Lexmark	21 131,30€
Lote 2 – Canon	287,22€
Lote 3 – Xerox	1 474,86€
Valor máximo do procedimento	22 893,38€

4. O preço referido no ponto 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte para o respetivo local de entrega, assim como os demais serviços associados, relativos ao fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 6º

Condições de Pagamento

1. As quantias devidas, nos termos da cláusula 5ª, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer.
3. O pagamento da quantia referida será efetuado após a entrega dos bens encomendados.
4. Em caso de discordância por parte do IEFP, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. As faturas deverão ser emitidas em nome dos serviços que serão indicados no ato da encomenda, e devem especificar o n.º da encomenda e o respetivo número de compromisso.



DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.
7. Na eventualidade do não cumprimento do prazo referido no número anterior, aplicar-se-á a Lei nº 3/2010, de 27 de abril, que estabelece a obrigatoriedade do pagamento de juros de mora, calculados à taxa legal em vigor.

Artigo 6º

Parâmetros para Apresentação da Proposta

1. O concorrente **pode apresentar preço** para um, vários ou totalidade dos lotes, sendo aí descritas as características dos mesmos.
2. O Concorrente deverá, na proposta, indicar quais a lotes a que apresenta proposta, não podendo ultrapassar o preço base indicado por lote, para cada um dos lotes.
3. A proposta deverá apresentar preço para todos os itens do lote, a não apresentação de preço para um dos itens do lote é motivo de exclusão.
4. O preço total da proposta será apurado, considerando a soma do valor total, sem IVA, apresentado para todos os itens, **não podendo o valor total ser superior ao preço base definido no presente caderno de encargos**.
5. O preço da indicado na proposta deverá **incluir todos os custos** nomeadamente os referentes à entrega dos bens objetos do contrato.

Artigo 7º

Revisão de Encargos

Não é admitida a revisão de encargos durante a vigência do contrato.

Artigo 8º

Obrigações de Sigilo

1. O adjudicatário obriga-se a observar sigilo quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionada com a atividade do IEFP, I.P..
2. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O adjudicatário garante que terceiros que envolva na execução dos serviços respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores.

Artigo 9º

Dados Pessoais

1. O adjudicatário compromete-se a respeitar o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) em vigor e demais legislação nacional aplicável aos dados pessoais.



2. O adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento dos dados fornecidos, informa que os mesmos serão utilizados para garantir a adequada execução do contrato, nomeadamente identificação do Segundo Outorgante e faturação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

3. Os dados pessoais fornecidos serão conservados apenas durante o período de execução do contrato, podendo ser mantidos de acordo com as exigências legais inerentes à finalidade do tratamento para que foram recolhidos.

Artigo 10º

Cessão da Posição Contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.

3. A entidade adjudicante apreciará, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 13º

Subcontratação

O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para fornecimento dos bens objeto do contrato, sem prévio consentimento da entidade adjudicante.

Artigo 14º

Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato;

2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior, deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 15º

Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito da adjudicação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso a entidade contratante venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, no fornecimento dos bens, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.



Artigo 16º

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, IEFP, pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento das datas e prazos da entrega dos bens objeto do contrato, até 20% do valor do contrato;
 - b. O disposto na alínea anterior não prejudica o disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.
2. O disposto no número anterior não tem natureza indemnizatória, não implicando o recebimento daquele montante qualquer renúncia ao direito de o IEFP ser compensado pelos danos ou prejuízos causados pelo fornecedor em consequência de mora ou não cumprimento de alguma das obrigações estabelecidas no presente caderno de encargos.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do fornecedor, o IEFP pode exigir-lhe:
 - a. A pena pecuniária referida no número 1;
 - b. A pena pecuniária e o montante indemnizatório a apurar podem ser deduzidos das quantias devidas;
 - c. Executar as garantias prestadas pelo fornecedor dos bens.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o IEFP tem, ainda, direito a:
 - a. Ser indemnizado por todos os danos e prejuízos causados pelo incumprimento do contrato nos termos do Código Civil;
 - b. Ser indemnizado por todos os prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato, incluindo o preço excedente que terá de pagar pelo fornecimento dos bens objeto de contrato a novo Fornecedor.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

Artigo 17º

Rescisão do Contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. O IEFP, I.P., pode rescindir o contrato, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente Caderno de Encargos, ou concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao adjudicatário:
 - a. O normal funcionamento dos serviços for gravemente prejudicado;
 - b. Diminuição sensível e sistemática da qualidade dos bens fornecidos;
 - c. Prática de atos dolosos ou negligentes de qualquer natureza;
 - d. Não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente Caderno de Encargos.



3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se incumprimento definitivo, quando houver atraso na entrega dos bens ou falta de reposição do bom funcionamento da solução por período superior a 30 dias úteis.
4. Poderá considerar-se igualmente incumprimento definitivo, a ocorrência de mais de três atrasos face ao plano da proposta ou ao disposto no presente Caderno de Encargos, por causa imputável ao adjudicatário.
5. A rescisão não prejudica o pagamento ao adjudicatário bens fornecidos em conformidade com o contrato.
6. Caso se verifique a rescisão do contrato por incumprimento imputável à entidade adjudicante, o adjudicatário, pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

Artigo 18º

Prevalência

1. Fazem parte integrante da relação contratual, o Caderno de Encargos, os Esclarecimentos e a Proposta do Adjudicatário.
2. Em caso de discrepância ou dúvida entre os vários elementos que compõem o Contrato, prevalece em primeiro lugar o texto do Contrato, seguidamente o do Caderno de Encargos, os Esclarecimentos e, por último, a Proposta do Adjudicatário.

Artigo 20º

Lei aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Artigo 21º

Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato, será competente o Tribunal de Jurisdição Administrativa do Porto.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CARACTERÍSTICAS DOS BENS

Artigo 22º

Objeto

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de Consumíveis de impressão para os Serviços de Coordenação e Centros de Emprego da Delegação Regional do Norte do IEFP, IP, e é constituído pelos seguintes lotes:



Lote 1 – Lexmark ou equivalente;

Lote 2 – Canon ou equivalente;

Lote 3 – Xerox ou equivalente.

Artigo 23º

Local e Prazo de Entrega dos Bens

1. O adjudicatário deve entregar bens objeto do contrato, por sua conta e risco, devidamente embaladas, nas instalações dos Serviços indicados na Nota de Encomenda.
2. A entrega será nos seguintes locais: Arcos de Valdevez, Amarante; Barcelos; Cabeceiras de Basto; Fafe; Felgueiras; Guimarães; Lamego; Maia; Matosinhos; Penafiel; Porto; Póvoa de Varzim; Sto Tirso; Valença, Valongo e Vila Nova de Famalicão.
3. O prazo de entrega dos bens será efetuado **até ao máximo de 5 dias úteis**, a da data de encomenda.
4. Sem prejuízo do número anterior, o prazo de entrega poderá ser acordado entre a entidade adquirente e a entidade fornecedora.
5. Os bens deverão ser entregues nas moradas definidas na Nota de encomenda, nos dias úteis, entre as 9 e as 17 horas, salvo diferente determinação da entidade adjudicante comunicada com a antecedência razoável.
6. A entrega dos bens deverá ser acompanhada de Guia de Remessa, Transporte ou fatura.

Artigo 24º

Atraso na entrega dos bens

1. O incumprimento, por parte do adjudicatário, da data da entrega dos bens, implica uma penalização nos termos do **Artº 16º - Penalidades Contratuais** do presente Caderno de Encargos.
2. O disposto no presente Artigo não se aplica se o atraso se verificar por razões imputáveis ao IEFP, I.P..

Artigo 25º

Caraterísticas Técnicas/Qualitativas

A aquisição dos bens objeto deste procedimento devem seguir as características técnicas descritas no mapa de quantidades em anexo a este caderno de encargos.

Artigo 26º

Produtos a Fornecer - especificações

1. Os consumíveis de impressão a fornecer terão de corresponder aos requisitos funcionais, operacionais e ambientais das referências indicadas, a fim de poderem ser considerados equivalentes.



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

2. Nomeadamente o número de páginas impressas/vida útil dos produtos propostos, deverão ser equivalentes aos da marca original.
3. Não são admitidos produtos reciclados dado não se poderem considerar equivalentes.
4. Todos os consumíveis a fornecer, deverão poder ser substituídos pelo utilizador sem necessidade de apoio técnico.
5. Os tinteiros e toner's a fornecer terão obrigatoriamente uma validade mínima de 12 meses, a partir da data de entrega.